



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001574-65.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Moacyr Luis Milanez**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Moacyr Luís Milanez ajuizou a presente indenização por dano moral e material, contra FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, sob a alegação de que adquiriu, em 24/08/2016, o veículo Fiat Estrada Advent de placas FEY-1222 da ATRI COMERCIAL LTDA – ARARAQUARA livre de qualquer ônus ou embarço e, posteriormente, em 19/01/2018, decidiu fazer a aquisição de outro veículo, utilizando o primeiro como forma de pagamento. Entretanto, após avanço das negociações, foi solicitado pela concessionária que realizasse vistoria do bem oferecido e, após a inspeção, houve a indicação de que se tratava de um veículo originário de leilão. Sustenta que a simples indicação de que o veículo é proveniente de leilão, fez com que houvesse uma depreciação do seu valor, correspondente à importância R\$ 11.250,00, equivalente ao percentual de 30 % calculado sobre R\$ 37.500,00, que era o valor da avaliação do bem. Com isto, houve frustração da negociação e consequentemente decepção de sua parte, pela perda da chance. Assevera que tal indicação, de que o veículo é originário de leilão, ocorreu por um provável lançamento errôneo pelo DETRAN-MG, pois há fortes indícios de que se trata de um veículo diverso do que lhe pertence, uma vez que, conforme consta no edital do leilão, o veículo nele mencionado se tratava de sucata, ou seja, sem condições de continuar sendo utilizado, o que não corresponde à conclusão das vistorias, indicando que o veículo está em perfeito estado.

Assim postula a procedência do pedido, para que a requerida seja condenada à reparação dos danos material e moral ocasionados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A petição inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 13/47.

Citada, a Fazenda do Estado de Minas Gerais apresentou contestação às fls. 66/78, alegando, em sede preliminar, sua ilegitimidade passiva, visto que o referido veículo não está cadastrado no DETRAN/MG, constando o emplacamento no Município de São Carlos/SP, fazendo necessária a inclusão deste na lide. Alega, ainda, que, para obtenção de informações sobre o referido leilão, deveria ser consultada a autoridade policial da Comarca de Três Pontas. Por fim, sustenta que não possui nenhuma responsabilidade sobre questões privadas envolvendo a concessionária que vendeu o veículo ao autor. No mérito, pugna pelo reconhecimento da ausência de responsabilidade, que, no caso, seria subjetiva, não restando comprovando o elemento subjetivo dolo ou culpa no atuar estatal, inexistindo o dever de indenizar. Afirma, ainda, que se trata de relações de âmbito particular entre a parte autora e a concessionária. Defende que o caso fortuito e a força maior são causas de exoneração de responsabilidade, que podem ser aplicados ao caso em tela por equiparação. Aduz ausência de comprovação dos danos materiais, tendo em vista que o autor não foi cerceado no uso de seu veículo e incorrência de danos morais, não havendo violação a direitos da personalidade. Requerer, assim, sejam acolhidas as preliminares ou a improcedência dos pedidos. Juntou documentos fls. 79/84.

Foi proferida decisão saneadora, às fl. 93/94, sendo fixados os pontos controvertidos da lide, determinando-se às partes que especificassem as provas que pretendiam produzir, tendo elas permanecido inertes (fls. 110).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Possível o julgamento no estado do processo, nos termos dos artigos 355, inciso I e 371, ambos do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de dilação probatória e as partes não manifestaram desejo por produção de outras provas.

Quanto à legitimidade da requerida, não tem como ser acolhida, pois a ela se atribui o atuar negligente, com a inserção errônea de que o veículo em questão iria ser leiloadado.

Passo à análise do mérito.

O ponto central da lide diz respeito à possibilidade de indenização por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

suposto prejuízo material e moral ao autor, decorrente da indicação errônea de que o veículo adquirido por ele era oriundo de leilão.

Fazendo-se uma análise cronológica dos fatos, verifica-se, pelo histórico do veículo (fls. 102), que, no período de 08/05/2015 a 17/12/2015, ele estava registrado em nome de AUTOBRASIL GERMANICA SEMINOVOS LIMITADA e, **em 14/12/2015**, foi objeto de apreensão, permanecendo apreendido pelo tempo de 380 dias, como consta do documento de fls. 80, tendo havido a sua liberação, após a expedição do alvará de nº 1399409, em 27/12/2016, data em que já se estava registrado em nome ATRICOMERCIAL LTDA, concessionária de quem o autor o adquiriu.

Por outro lado, o veículo foi listado no lote de numero 177 da Hasta Pública de Nº 00149/2016, realizada pelo DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS, no dia **26/11/2016**, tendo sido considerado como sucata, com *motor imprestável para o uso*.

Ocorre que, conforme consta em laudos de vistoria veicular (fls. 40/42) juntados pelo autor, realizados em **18/07/2016**, foi atestada a aptidão do veículo, reforçada pela nota fiscal de fls. 96, que comprovou a conclusão do negócio jurídico sobre ele, em 24/08/16, tendo sido registrado em nome do autor, em 27/09/16 (fls. 102).

Verifica-se, então, que houve erro do DETRAN de Minas Gerais, ao incluir o veículo do autor no edital do leilão.

Pois bem.

A responsabilidade civil do Estado baseia-se na teoria do risco administrativo e no art. 37, da Constituição Federal, segundo o qual as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Para obter a indenização, basta que a vítima demonstre a ação ou omissão do estatal, o dano e o nexo causal entre este e o fato lesivo.

Assim, patente o nexo de causalidade entre a negligência do Ente Público, por seu preposto e o dano experimentado pelo autor, decorrente da informação equivocada sobre o veículo por ele adquirido, que inviabilizou a concretização da compra de outro veículo, pois o anterior seria dado como forma de pagamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo à análise dos pedidos indenizatórios.

Quanto o pedido de reparação pelos danos materiais, não tem como ser acolhido, pois se verifica que o único documento que alude ao suposto negócio é o de fls. 46 e nele não há a menção de que houve a redução do valor da avaliação e em qual percentual, mas sim de que o negócio não se concretizou, pois, após a vistoria, se constatou restrição sobre o bem, situação passível, contudo, de gerar dano moral, pela frustração em relação à perda do negócio.

Quanto à configuração do dano moral, reportando-se à lição de ZANNONI, MARIA HELENA DINIZ aponta que o dano moral "... é a dor, a angústia, o desgosto, a aflição espiritual, a humilhação, o complexo que sofre a vítima de evento danoso, pois estes estados de espírito constituem o conteúdo, ou melhor, a consequência do dano...". Além disso, "...o direito não repara qualquer padecimento, dor ou aflição, mas aqueles que forem decorrentes da privação de um bem jurídico sobre o qual a vítima teria interesse reconhecido juridicamente..." ("Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil", Ed. Saraiva, 18ª ed., 7ºv., c.3.1, p. 92).

Com o apoio em tal ensinamento, verifica-se a sua ocorrência, pois evidentes os transtornos e prejuízos morais sofridos pelo autor, pela informação errônea constante no edital do leilão organizado pela parte ré, tendo sido surpreendido com a notícia de que o seu veículo se destinava a sucata, como demonstrando em fls. 24/39, inviabilizando o negócio de outro veículo, acarretando a perda de uma chance, pois havia a probabilidade real de concretização da compra de outro veículo, utilizando o primeiro como forma de pagamento, que foi frustrada em virtude da existência da informação errônea lançada pela requerida.

A fixação do dano moral deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando-se a gravidade, a natureza e repercussão da lesão, o sofrimento e a posição social do ofendido, bem como o dolo ou a culpa do responsável, sua situação econômica, a reparação espontânea e sua eficácia e a duração da lesão (Apelação nº 0025577-73.2012.8.26.0320)

Assim, tendo em conta os parâmetros acima, arbitro os danos morais em R\$ 4.000.00 (quatro mil reais).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, resolvendo o mérito, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar a parte requerida ao pagamento em favor do autor, da quantia de R\$ 4.000.00, corrigidos a partir desta data, a teor do que prescreve a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, e juros moratórios, a partir do evento danoso (não concretização do negócio – 26/01/18), conforme Súmula 54 do C. STJ.

A atualização monetária deve ser feita de acordo com o IPCA-E, e juros de mora, nos termos da caderneta de poupança, conforme se decidiu no julgamento do REsp 1.495.146-MG, Tema 905, sob a sistemática de Recursos Repetitivos, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 22/02/2018, DJe 02/03/2018. Apenas se faz a observação de que, caso haja modulação pelo STF, em sede de cumprimento de sentença, quanto ao RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017, deve ser observado no cálculo o que ficar decidido, por se tratar de matéria de ordem pública.

Diante da sucumbência, arcará a requerida com os honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 08 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**